

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 181/182

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE DEZEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 055/2000/GLPMDB

Curitiba, em 07.12.2000.

Senhor Presidente.

Tendo em vista que os requerimentos encaminhados à Mesa, em data de 06 de dezembro de 2000, e protocolados sob nºs 0023921/1; 0023901/1; 0023911/1 e 0023891/

1, às 14h00; 14h12; 14h12 e 14h00, respectivamente, conforme consta do registro do DAP, os quais propõe a constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito, para apurar responsabilidades sobre as seguintes questões: 1ª) construção do Fórum de Curitiba; 2ª) poluição ocorrida no Rio Iguaçu em decorrência do derramamento de óleo; 3ª) dos indícios de desvios de recursos públicos e cobrança de “comissão” por parte do MST; e 4ª) das condições pelas quais vêm sendo operadas as Estradas de Ferro Federais no Estado do Paraná, pela Concessionária América Logística, incorrem em erro regimental na sua formulação uma vez que o artigo 33 do Regimento Interno, usado como embasamento legal dos mesmos trata especificamente de Comissões Permanentes.

Cabe notar, senhor presidente, que o artigo 62, § 3º da Constituição Estadual que fundamenta, também, ditos requerimentos, remete a matéria a disposições do Regimento Interno. Ora, o artigo regimental que trata das Comissões Temporárias é o 34 e, mais especificamente ainda, das Comissões Parlamentares de Inquérito, é o artigo 36 do mesmo Diploma Legal.

Assim sendo, e diante da insatisfação dos requisitos regimentais contido no § 2º do já citado artigo 36, solicitamos a devolução dos mesmos aos autores para cumprirem as formalidades regimentais, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo o que se apresenta e esperando contar com a habitual atenção de Vossa Excelência, reiteramos nossos votos da mais elevada estima e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) NEREU MOURA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 sessões do Projeto de Lei nº 375/2000, item 01, em 1ª Discussão, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) LUIZ FERNANDES SILVA LITRO

Apoioamento:

Divanir Braz Palma.

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 238/99 seja anexado ao Projeto de Lei nº 135/99 que se encontra anexado aos Projetos de Lei nºs 244/99, 170 e 253/2000, por tratar-se do mesmo assunto (que estabelece isenção de pagamento nas praças de pedágio instaladas em rodovias do Estado do Paraná, para veículos de transporte escolar em geral, oficiais ou terceirizados, veículos particulares com placa de municípios em que estão instalados os respectivos postos de cobrança).

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor José Onofre da Silva, ocorrido no município de Arapongas.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares através de correspondência a ser encaminhada a Rua Becuá, nº 137, Conjunto Ulysses Guimarães, CEP: 86700-000 - Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Crister Victor, ocorrido no município de Arapongas.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Flamingos, nº 152, Centro, CEP: 86701-390 - Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao município de Floraí pelo transcurso, no próximo dia 15 de dezembro, de seus 44 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo senhor Antonio Henrique Vernilo, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor José Carlos Ratti assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do

Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Floraí.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade de Floraí, no próximo dia 15 de dezembro irá comemorar festivamente a passagem dos 44 anos de emancipação política.

Parabenizamos portanto, a população honesta e trabalhadora de Floraí, que continua dando sua importante parcela de contribuição em favor do seu município e do bem estar de todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, congratula-se com todos os munícipes na data magna em que comemoram mais um aniversário, na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da presente sessão, votos de congratulações, parabenizando a professora Silvia Mattei, documentadora escolar, do município de Santa Helena, pela excelente condução dos trabalhos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a professora Silvia Mattei, sendo que a correspondência deverá ser enviada a Rua Avenida Brasil, 1523 - Santa Helena - CEP: 85892-000.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) ADEMIR BIER

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, quero fazer uma explicação aos senhores deputados e ao tempo em que registro, com muita alegria, a presença dos estudantes do Colégio Estadual Irene Moreira Nascimento de Tibagi, do Colégio Estadual João Francisco da Silva de Tibagi, a Escola Estadual Professora Leopoldina Bitencourt Pedroso de Tibagi e a Escola Estadual Valdo Mello Bitencourt Taques de Tibagi, bem como a Escola Estadual Professor Brandão, aqui de Curitiba.

Explico: esses alunos, com seus respectivos professores, estão nesta Casa hoje, desde cedo. Já tivemos um primeiro encontro no Plenarinho e eles vão passar o dia inteiro aqui hoje conosco. Eles fazem parte, são os primeiros alunos a participarem do Projeto Parlamentar do Futuro. E hoje terão uma extensa agenda a cumprir aqui na nossa Casa. Eles assistem o início da nossa sessão aqui e depois têm uma reunião no Plenarinho com o nosso diretor Severo Sottomaior, onde irão preparar os seus projetos e os seus pronunciamentos para a tarde de hoje. Porque à tarde participarão aqui: representantes do Governo e da Oposição juntamente com eles, numa sessão plenária dirigida por eles, onde irão apresentar os seus projetos e fazer os seus pronunciamentos. Isso às

15h00. Irão almoçar conosco, aqui, vão fazer uma visita ao Centro Cívico. Os dois maiores clubes da Capital vão fazer uma surpresa para eles também hoje.

Então, sejam bem-vindos à nossa Casa. E faço essa explicação aos nossos parlamentares, na torcida de que, seguramente, alguns dos Parlamentares do Futuro possam um dia estar aqui sentados nos nossos lugares. Sem dúvida nenhuma, cumprindo um papel melhor do que nós.

Para saudar os Parlamentares do Futuro, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk depois ao deputado Plauto Miró Guimarães - dois representantes da cidade de Tibagi.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados.

Já estivemos um pouco mais cedo, anterior a esta sessão, recepcionando, juntamente com o senhor presidente desta Casa, o início do processo de implantação efetiva daquele projeto que todos os senhores e a unanimidade aprovou, que é o Parlamentar do Futuro. Projeto esse que desperta na criança, no jovem, o gosto, principalmente, pela representação política, o gosto pelo qual ele vai conhecer de perto a funcionabilidade do Poder Legislativo., que, através desse projeto, oferece a condição pela qual qualquer aluno de todos os quadrantes do Estado, possa vir aqui, aqui viver e aqui sentir o que é realmente ser deputado estadual, seu um parlamentar, ser uma pessoa que faz as leis, ser uma pessoa que fiscaliza os atos do Poder executivo, ser uma pessoa que empresta de si um pouco da parte da vida que Deus lhe proporciona, para fazer com que seus atos sejam de alcance social, sejam de alcance da comunidade e tragam resultados positivos para o município e para o Estado do Paraná.

Prezados alunos, professoras, familiares.

Aqui neste Plenário se assentam os representantes, em número de 54 senhores parlamentares, que fazem o Poder Legislativo funcionar.

Atrás de nós, nessas paredes, existem as diversas Comissões e departamentos da Casa, como aquele Departamento Legislativo que muitos de vocês entregaram os projetos que serão discutidos, igual a uma reunião como esta, na parte da tarde, lá se encontra realmente o pulmão respirador da nossa Casa de Leis, é o Departamento Legislativo que faz com que sejam encaminhadas para as Comissões todos os projetos, todos os requerimentos, tudo aquilo que é atinente à vida política e pública do nosso Paraná.

Em cima, onde se encontra o deputado Nelson Justus, juntamente com a Comissão Executiva, é quem dirige todos nós no dia-a-dia desta Casa.

Queria tão somente, neste instante, senhor presidente, senhores deputados, reprisar aquilo que já falamos lá embaixo, agora falar para todos os senhores parlamentares e, principalmente, para a imprensa falada, escrita e televisada que aqui se encontra, abaixo de vocês, onde

vocês passaram para chegar às galerias, que todo o Paraná televisado, o Paraná escrito, o Paraná falado, através de todos os órgãos, aqui são representados.

Mais à esquerda de vocês está o nosso setor de taquigrafia. Tudo que é falado aqui, a taquigrafia transcreve, depois indumenta em um acervo. E ali está, realmente, a condição pela qual, se você desejar, terá a oportunidade de rever qualquer pronunciamento, qualquer ato de todas as sessões que ali estão inseridos.

Mas eu dizia que queria contar aos senhores deputados, a felicidade, como já falei lá embaixo, meus caros amigos e minha cara amiga Serafina, que é a única mulher deputada que possuímos na nossa Casa, e realmente teremos a condição - e vocês terão - de ver que a Serafina é uma pessoa que empresta neste Plenário a presença feminina da nossa mãe, da nossa irmã, da nossa filha, com o mandato eletivo nesta Casa.

Eu dizia que lá embaixo que o Nelson Justus teve duas felicidades - o nosso presidente - a primeira delas, Serafina, foi apresentar o projeto e todos aprovamos: o Parlamentar do Futuro, um parlamentar que tenha conhecimento, um parlamentar que tenha desenvolvimento, e um parlamentar que tenha vocação para nos substituir no dia de amanhã.

Todos sabemos que Deus empresta uma vida e nós não podemos escolher o pai ou a mãe que possuímos. Não pude escolher o meu pai, presidente Nelson Justus, ou a minha mãe. Deus me colocou no meio de um homem e de uma mulher, da Mercedes e do João, e ali eu nasci. Mas posso, como fiz durante a trajetória da vida que Deus me empresta, escolher o caminho a ser seguido. Entrei no 1º Grau no Grupo Escolar Júlio Teodorico de Ponta Grossa, e na Escola São José, passei pelo Colégio Estadual Regente Feijó, e fui andando na minha vida, cheguei à universidade, passei por ela, e queria, durante a trajetória da minha vida, ter a participação efetiva numa comunidade.

Contei lá em baixo e repriso aqui que eu ia à Câmara quando era pequenininho e dizia: “olha, eu vou ser vereador de Ponta Grossa”. Fui vereador duas vezes. Quando passava no desfile cívico, orgulhoso com a minha farda do Regente Feijó, dizia: “um dia vou estar ali naquele palanque e vou ser prefeito da minha cidade”. Fui prefeito, deputado Nelson Justus.

Vinha a esta Casa, aquele outro Plenário, jovem que era, acompanhando Eurico Batista Rosa, o João Vargas, o Amadeu Puppi, o Horácio Vargas, vinha lá, deputado Elio Rusch, admirava os deputados sentados e dizia: “um dia na minha vida eu vou ser deputado estadual, para ocupar aquela tribuna”. Aqui estou eu, pela quarta vez, sendo deputado estadual, porque tive realmente uma condição pela qual Deus me ofereceu e me deu tudo o que sou.

Essa juventude que aqui se encontra, ilustre deputado Plauto Miró Guimarães, que é meu amigo, meu colega, filho de Ponta Grossa, e um dos parlamentares que tão bem representa Tibagi e toda a região dos Cam-

pos Gerais, e que conosco aqui nesta Casa soma sempre pelas reivindicações de toda a região e de todo o Estado do Paraná - Plauto, eu tenho a certeza absoluta que deste meio virão jovens, moças e mulheres para substituir a Serafina e substituir todos nós aqui nesta Casa.

O Nelson Justus está oferecendo a oportunidade que muitos jovens não tiveram na minha época, que não tiveram a amizade que possuí, que não tiveram a oportunidade que desfrutei; mas que agora, num sentido igualitário, num sentido aonde não existe diferença de A, B ou C, aonde todos têm a oportunidade de realmente conhecer o que você oferece, presidente, queremos tão somente nesta nossa saudação, saudar as professoras, os pais, os alunos, e principalmente a idéia inteligente que você teve.

Falei lá em baixo e termino reprisando aqui: o Nelson reuniu hoje uma escola de Curitiba e quatro escolas nossas de Tibagi, e parece que o Nelson não sabia porque ele me testemunhou que realmente lembrava, lembrei lá embaixo e vou lembrar agora: Tibagi ofereceu, como Curitiba, alguns dos seus filhos para chegar no cargo maior da administração pública do Estado que é governador, tivemos a felicidade, caríssimos amigos deputados de Tibagi, chegar ao cargo de governador na figura do Guataçara Borba Carneiro, que deu um exemplo de austeridade, dignidade, principalmente, do princípio, onde a envergadura de homens honestos chegam aonde desejam.

Termino, senhor presidente, uma vez mais, desejando a vocês um feliz regresso e reencontro com seus familiares, antecipando nesse final de ano, quando no dia 25 comemoramos o nascimento Daquele que nos empresta a vida, foi sacrificado por nós e deseja, como desejamos, que o ano 2001 e todos os anos das suas vidas, sejam venturosos, cheios de alegria, de paz, felicidade e, principalmente de harmonia, junto à família, aos amigos e a sua comunidade.

Um feliz Natal a todos e um próspero Ano Novo. Que Deus, no dia de amanhã, empreste um filho Dele, que são vocês, para substituir-nos, aqui nesta Casa.

Parabéns, deputado Nelson Justus.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Inicialmente, quero aqui, parabenizar o nosso amigo, presidente da Assembléia, deputado Nelson Justus, pelo importante projeto de lei, que apresentou a essa Casa e nós, deputados, em conjunto aprovamos por unanimidade, onde cria o evento Parlamentar do Futuro.

No dia de hoje, temos a grata satisfação de receber professores, pais e alunos do município de Tibagi, das Escolas Estaduais Irene Moreira, João Francisco da Silva,

Professora Leopoldina Bittencourt e da Voldomiro Bittencourt.

Vocês tibagianos que hoje estão aqui presentes - em conjunto também com pais, alunos e professores do Colégio Professor Brandão, aqui, da Capital do Estado - participam do primeiro evento, da primeira reunião, da qual esse projeto de lei apresentado por Nelson Justus, proporciona a cada um de vocês, a participar desse importante processo de conhecimento, do funcionamento e da vida parlamentar, dentro do Poder Legislativo.

Parabéns ao Nelson. Parabéns a cada um de vocês, amigos tibagianos, município do qual tenho um grande respeito. Desde que ingressei na vida pública, no ano de 1990, sempre tive a satisfação de ter uma votação expressiva no município de Tibagi, dando-me na primeira eleição uma ampla votação. Em 1994, na segunda eleição, fizeram-me o mais votado e representante oficial daquele município, aqui, na Assembléia Legislativa do Paraná e junto ao governo do Estado. Em 1998, novamente, repetiu a votação e nos colocaram com mais votos ainda, com mais força, como representante desse município.

Fico feliz por ver, Nelson, esse seu projeto sendo aplicado e dando a oportunidade, para toda a juventude do Estado do Paraná vir até a Casa de Leis, conhecer qual é o seu funcionamento e sua função - muitas vezes distorcida, pela grande imprensa e pela opinião pública. É importante que vocês venham, para saber e conhecer, que essa oportunidade, que hoje vocês têm, foi proporcionada por um deputado, por um projeto de lei aprovado por todos os membros desta Casa.

Parabéns e felicidades no dia de hoje a todos vocês, que estão aqui participando desse importante momento, que faz a integração do Poder Legislativo Estadual, com os colégios estaduais e com a juventude do nosso Estado.

Parabéns ao deputado Nelson pela brilhante idéia. E a Assembléia Legislativa que recebe a todos vocês, em uma ampla festa, em uma ampla oportunidade de civismo e de conhecimento do dia-a-dia do Poder Legislativo.

Bom dia e boa sorte a todos vocês.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com satisfação a presença do senhor Perci Fontoura, suplente de deputado federal; José Anunciação dos Santos, presidente do Conselho Político da Convenção das Igrejas Assembléia de Deus. Sejam bem vindos à nossa Casa.

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Também a nossa saudação a esta juventude que vem deixar esta Casa mais colorida, com a expectativa que estes jovens possam começar também a se interessar pela política e trazer também as suas idéias a esta Casa.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, venho a tribuna, primeiro para dizer que, como todos já sabem, anteontem tivemos a divulgação do relatório da CPI Nacional do Narcotráfico e onde, lamentavelmente, dentre os 828 citados na CPI Nacional, 104, entre pessoas e empresas, maioria pessoas, são ligadas aqui, ao Estado do Paraná. Evidentemente que não me cabe neste momento, fazer uma análise em relação aos nomes citados, mas muitos deles foram provenientes também de um trabalho que começou aqui nesta Casa, pela Comissão Especial da Assembléia, que na época era presidida pelo deputado Ângelo Vanhoni, da qual eu era seu vice-presidente e que participavam outros parlamentares e que teve um trabalho de gancho para a CPI Nacional, inclusive dando possibilidade para que pudéssemos desvendar as coisas erradas que estavam acontecendo, especialmente na área da Segurança Pública, na área da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Em consequência disso, naquele relatório final daquela Comissão Especial, deputado Vanhoni, deputado Ribas Carli, fizemos algumas sugestões ao governo do Estado, como fortalecimento da Corregedoria da Polícia Civil, como algumas alterações do Estatuto da Polícia Civil e uma série de sugestões, uma política diferenciada de fiscalização em relação aos desmanches, que proliferam não só em Curitiba mas no interior do Paraná. A respeito disso, hoje à tarde, a CPI Estadual vai se reunir, no Plenarinho desta Casa, para analisar um fato que nos surpreende, nos dias atuais, se tivemos aí uma reprimenda no que diz respeito ao roubo de veículo, em Curitiba, depois da passagem da CPI Estadual, de repente temos aí um fato novo: em noventa dias o roubo, aproximadamente, de 180 caminhonetes, em Curitiba.

Algo realmente impressionante e que pegou de surpresa até a própria polícia, que não tinha conhecimento destes fatos e o que é pior, a recuperação praticamente zero, destes veículos. E a CPI recebeu, há vinte dias atrás, uma comissão - vejam a que ponto chega - as vítimas acabaram criando uma associação das vítimas de roubo de caminhonetes. E vieram até a nossa CPI pedir a nossa ajuda, colocamos a força tarefa já em ação e já temos um trabalho que possivelmente, hoje à tarde, possamos coroar de êxito, se tudo der certo, como prevemos, na sessão hoje da nossa Comissão do Narcotráfico e do Crime Organizado.

Então, isso é um fato interessante, mas o que é interessante, e estava dizendo, que quando fizemos o relatório e nosso relator foi o deputado Fernando Ribas Carli, no conjunto de pensamento da nossa Comissão, das idéias de modificações e depois participando, eu também, representando esta Casa, na comissão de alto nível do governo do Estado, quando enfocou a situação dos policiais civis e dos servidores públicos, citados na CPI, evidentemente que também referendamos e reforçamos estas alterações. E para nossa felicidade, ontem o gover-

nador encaminhou para a Assembléia o texto do projeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil do Paraná, as modificações propostas no atual estatuto que entrou em vigor em maio de 1982.

Então, isso é muito importante, porque vai dar condições para que possamos fazer estas alterações, pelo projeto de lei complementar do governo, a Corregedoria deixa o atual nível de assessoramento e ganha nível de direção, ao lado do Departamento de Polícia Civil e do Conselho da Polícia Civil, e passa a ser denominada Corregedoria Geral da Polícia Civil. À Corregedoria Geral caberá instaurar sindicâncias internas para apuração de responsabilidades por qualquer prática que exigir advertência, repressão, suspensão, destituição de função e até remoção compulsória. Hoje essas decisões cabem ao Conselho da Polícia Civil.

Se o projeto for aprovado - e vamos trabalhar em cima do projeto - possivelmente com algumas emendas também, a composição do Conselho será alterada, os delegados chefes das divisões policiais darão lugar a um assessor civil da Secretaria de Segurança Pública, o diretor do Instituto de Criminalística será substituído por dois delegados da classe mais elevada, indicados pelo delegado geral, também passarão a integrar o Conselho, o diretor da Escola de Polícia Civil e dois representantes da Secretaria de Segurança Pública.

Então, tudo isso é um ponto importante. Outro ponto importante também, um projeto do Governador Jaime Lerner, que determina que todos os policiais deverão apresentar anualmente cópia da declaração de bens e também foi tirada esta sugestão da nossa comissão especial aqui da Assembléia e da comissão de alto nível do governo, da qual fizemos parte.

Hoje essa exigência é feita apenas aos policiais civis que ocupam cargos ou funções de chefia. A declaração passará a integrar as informações funcionais dos policiais. Também o processo de efetivação dos policiais será mais rigoroso. O estágio probatório em que são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do policial no cargo, será ampliado de dois para três anos. Com isso os aprovados no concurso da Polícia Civil serão avaliados durante três anos por sua idoneidade moral, assiduidade, disciplina, eficiência, produtividade e dedicação às atividades.

E um projeto também importante, é o que combate os desmanches, e que é muito importante.

A Assembléia recebeu ontem projeto de lei para coibir o desmanche legal e a venda irregular de peças usadas de veículos em todo o Estado do Paraná, e de acordo com o texto do projeto todos os estabelecimentos comerciais que atuam nessas áreas ficam obrigados a se registrar no Detran-PR, e a manter cadastro atualizado na Secretaria da Fazenda. O não cumprimento de lei, sem prejuízo das sanções criminais e tributárias, sujeita o estabelecimento infrator autuação e conseqüente aplicação de multa de até 3 mil UFIR's, R\$3.192,30.

Então, dois projetos importantes que encaminha o governo dentro daquilo que a comissão especial desta Casa e a comissão de alto nível analisou.

Agora, senhor presidente, para concluir, o que acho estranho, pedi aqui nesta Casa, na última segunda-feira dei entrada no pedido, da criação de uma comissão especial para analisar a situação do Fórum, esqueleto desta coisa vergonhosa que está aqui em frente à Assembléia, em frente ao Palácio, em frente ao Tribunal de Justiça e próximo à prefeitura.

Surpreendentemente aprovado este meu pedido aqui, ontem o governo do Estado encaminha para a Assembléia uma CPI para apurar irregularidades com relação à construção desta obra.

Até aí tudo bem, porque dentre as cinco CPI's que o governo mandou para a Casa, esta foi a única que assinei, por uma questão de ética. Se estou pedindo uma comissão especial aqui, não tenho porque não assinar uma CPI.

Mas o que me estranha é que hoje nos jornais dizem: "Reunião secreta analisa o destino do Fórum!" Aí pergunto: para quê a CPI? Se uma reunião secreta vai decidir e vai analisar o destino do Fórum, não vejo mais nem sentido também, nem da minha comissão que já está, que já foi bombardeada pela criação da CPI, e a CPI que foi dada entrada ontem aqui nesta Casa.

Eram os registros, senhor presidente, que queria fazer nesta manhã de quinta-feira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para esclarecer ao deputado Algaci Tulio, o encaminhamento das CPI's para a Assembléia não foi feito pelo governo do Estado, e sim pelos deputados desta Casa.

Passa-se ao Horário das Lideranças. PMDB.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados. Ontem estava na Ordem do Dia uma mensagem do governador solicitando autorização para viajar para o exterior.

A trigésima oitava viagem do governador Jaime Lerner ao estrangeiro, quase trezentos dias viajando. Para se ter uma idéia, deputado Nelson Justus e senhores deputados, o governador Requião, quando governou o Paraná viajou muito e a imprensa reclamava das viagens que o governador Requião fez. Viajou treze vezes ao exterior, durante quatro anos que governou o Paraná.

O governador Jaime Lerner triplicou as viagens: trinta e oito viagens completará a partir de amanhã quando estará entrando em um boeing, com destino à Amsterdã, na Holanda.

Senhor presidente, no requerimento pedindo autorização para viajar, deixa muito claro que o governador Jaime Lerner está indo à Amsterdã, na Holanda, receber

um prêmio de quando ele foi prefeito de Curitiba, não tendo nada a ver com relação ao governo do Paraná.

Mas, para querer que o povo do Paraná pague mais esta viagem de turismo, de passeio do governador, ele coloca no final do seu pedido, que também irá tratar de assunto de interesse do Estado do Paraná.

Fica claro a má fé do governador, que mais uma vez vai ao estrangeiro e vai custeado pelo povo do Paraná. Numa viagem que não tem nenhum significado ao povo do nosso Estado.

Por isso, senhor presidente, que estamos analisando, se iremos votar contra esse projeto, se iremos nos abster ou se iremos sair do Plenário. Demonstrando a nossa indignação e a nossa revolta anunciando o aumento do preço do pedágio, aumento do IPVA, arrecadação do governo, através do IPVA em uma cota, em três cotas, aumento da água, aumento da luz e o governador viajando para o estrangeiro à custa do povo do nosso Estado.

É uma indignação que dá no nosso peito, de qualquer cidadão que mora neste Estado. Se o governador quiser ir receber prêmio em Amsterdã, na Holanda, que vá com o seu recurso próprio, que pague a viagem do seu bolso e não, que o povo do Paraná tenha que sustentar a sua viagem e a viagem da sua comitiva.

Este é o nosso pensamento, da nossa Bancada do PMDB, o nosso comportamento é coerente, aqui nesta Casa. Se fosse para pedir dinheiro aos organismos internacionais, se fosse pedir socorro para salvar esse governo que naufraga, um governo moribundo, porque deixa a desejar.

Até teríamos aqui a boa vontade de aprovar uma viagem dessa, mas não dá, senhor presidente, observar os professores, aqui hoje estão os alunos do interior do Paraná com alguns professores. Os professores há seis anos sem aumento e o governador que quando se elegeu dizia que seria a salvação da educação do nosso Paraná. Viaja ao estrangeiro a custa do dinheiro do povo do Paraná.

Trinta e oito viagens, trezentos dias viajando e o nosso povo padece, sofre pela incompetência desse governo e ainda, infelizmente, teremos mais dois anos para agüentá-lo.

Por isso, senhor presidente, não concordamos em hipótese alguma. Se ele quiser viajar que viaje com o seu bolso, mas não com o dinheiro do povo do Paraná, chega de fazer piada com a população do nosso Estado que sofre por ter um governo incompetente e irresponsável como este governo que está aí já há seis anos.

Concedo aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Nereu Moura, quero endossar as palavras de Vossa Excelência e dizer que na política tem muita coisa que tem valor simbólico para o povo do Paraná. Enfim, todas as nações têm vários valores simbólicos, que são emblemáticos numa administração

pública. Veja, no Estado do Paraná temos o aumento do pedágio num fim de semana, em até 20%, e em seguida esse mesmo governador que disse que poderia rever esse aumento, marca uma viagem, uma solenidade festiva de um prêmio que nunca ninguém ouviu falar, mas certamente criaram de última hora, foge dos problemas do Paraná e vai para a Europa. Ao invés de ficar aqui tendo uma relação com o povo, com os caminhoneiros, com os agricultores, com os comerciantes, discutir o problema do pedágio, tentar fazer com que o governo federal reveja a política do pedágio e reassuma as BR's.

Também rever e pressionar as concessionárias para fazer um novo contrato, quem sabe, para acertar essa questão do pedágio, ele foge. Foge no momento em que o Paraná mais precisa de um governo que tivesse habilidade para lidar com essas questões e volta, aí, para as festas natalinas, portanto, viramos o ano e fica mais um mês. Veja bem, ele está viajando há poucos dias do Natal, quando ele volta não vai ter mais expediente. De fato essa é uma jogada que tira ele do governo por um mês, evita as polêmicas. As polêmicas do pedágio, das CPI's e tudo mais e foge.

Um governo que não tem coragem de enfrentar os dramas que o povo paranaense está enfrentando. Um governo que trata com absoluto desprezo os problemas do povo paranaense. E vamos transformar este valor num símbolo da incompetência e das trapalhadas do governo do Estado do Paraná, essas viagens e os trezentos dias que Vossa Excelência vem computando lá no seu gabinete - todas as viagens, minutos e segundos, que este governo falta com o povo paranaense.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Irineu Colombo, agradeço pelo aparte. Se pudesse fazer uma emenda nesse projeto de Resolução da Mesa Executiva, faria. Talvez déssemos uma passagem de ida e não a de volta, e assim o governador pudesse permanecer no estrangeiro até o final do seu mandato, para que pudéssemos nos ver livres desta tragédia que se abate sobre o Paraná. Os escândalos que pipocam, a roubalheira que tira o dinheiro do povo do nosso Estado e a incompetência, a sonolência, esse desprezo claro e cristalino daqueles olhos que saem do terceiro andar do Palácio Iguaçu, um olho de desprezo ao povo do Paraná, de sentimento, de viagens, de mordomias! Quem sabe na classe executiva - cheio de assessores, dez dias - e como diz o deputado Colombo, aí já vêm as festas natalinas, já fica tranqüilo lembrando das viagens que fez para a Holanda e aí complementa com a sua família o Natal e o Ano Novo.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, não vou entrar em pormenores, porque discordo de tudo que Vossa Excelência está falando. Mas Vossa Excelência tem a tribuna livre e pode falar o que bem entender. Só vou dar uma resposta a

Vossa Excelência para uma situação: se o governador Jaime Lerner tivesse ficado só no Paraná, a industrialização do Paraná não teria acontecido. Quanto à sua criatividade de Oposição e tenho admiração pela seriedade Vossa Excelência, mas quando Vossa Excelência sobe na tribuna, Vossa Excelência tem uma recaída de ódio e faz uma Oposição com tanto ódio, que deixa estarrecido quem lhe ouve.

Muitas das críticas que Vossa Excelência faz, até concordo, porque nenhum governo é perfeito, nem o governo de Vossa Excelência foi, nem o nosso o é, ele comete erros, e a Oposição acrescenta e muito isso no seu trabalho do dia-a-dia fazendo essa Oposição. Mas, deputado Nereu Moura, não crie da sua inteligência fantasias que eu, com todo o respeito, quero discordar. Ofereço a Vossa Excelência todas as dificuldades momentâneas que estamos enfrentando: a transformação e a industrialização do Paraná, que vai dar, sim, oportunidade aos jovens de terem emprego no Paraná e não precisarem pegar uma mala e irem para São Paulo. Vai dar, sim, oportunidade. Talvez não para o nosso governo, mas para os próximos governos dar aumento aos servidores públicos, porque não estamos dando aumento, porque não temos condições, porque tínhamos um Estado meramente agrícola e hoje estamos transformando essa economia.

E quero lembrar mais um ponto que é fundamental: vivemos num momento da economia mundial, da globalização. Ai do governador que ficar dormindo no seu Estado, certamente o retrocesso deste Estado será visível.

Queremos dizer a Vossa Excelência: as viagens do governador, de todas essas que Vossa Excelência citou, só quero dizer o seguinte: o seu governo, o governador Requião governou o Paraná por três anos e pouquinho, porque depois ele se descompatibilizou, viajou treze vezes. O governador Jaime Lerner já está governando o Paraná há seis anos. Tem mais viagens? Tem. Mas, certamente, por situações da globalização, pelo trabalho que o governador Jaime Lerner está plantando neste Estado, da industrialização, da geração de empregos, da indústria de automóvel que está aqui, da automotiva que está no Paraná, valem a pena essas viagens do governador. Que bom que um paranaense como o governador está sendo homenageado, porque quando se recebe uma homenagem que vem de países de primeiro mundo, certamente eles estão reconhecendo neste governador alguma qualidade.

Certamente não vamos esperar o reconhecimento de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência faz oposição e é um direito seu. Agora, deputado Nereu Moura, não podemos negar os avanços que o Paraná tem, também não podemos negar as dificuldades que enfrentamos, que todos os Estados brasileiros enfrentam na questão econômica. E acho que esse debate pode ser aprofundado em várias questões, mas Oposição no sentido criativo que Vossa Excelência faz, já colocando quantas pessoas vão viajar com o governador, quando nem nós sabemos, mas posso, na semana que vem, dizer

quantas pessoas vão viajar com o governador, posso trazer aqui o prêmio que ele vai receber em nome do povo do Paraná.

Quero dizer a Vossa Excelência que quando o governador Requião governava o Paraná, eu fazia oposição aqui na Assembléia. Nunca, deputado Moura, contestei a viagem do governador e nunca votei contra a viagem do governador Requião, porque acho que um governador tem que ter condições e a visão de ver qual é a hora necessária de viajar e representar o nosso Estado, porque é uma máquina, o governador representa o povo. Por isso, nunca votei contra a viagem de qualquer governador, mesmo sendo Oposição. E quero dizer a Vossa Excelência, que nunca votarei, porque certamente, o governador tem a visão estratégica de saber qual é o momento importante para o Estado.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Valdir Rossoni, penso diferente de Vossa Excelência. O governador Requião nunca foi para o exterior receber homenagem de quando ele foi prefeito de Curitiba, às custas do dinheiro do povo do Paraná. O governador Jaime Lerner não está indo para o Amsterdã receber prêmios pelo período que foi governador, mas pelo período em que ele foi prefeito de Curitiba. E aí é que está o grande nó da gravata. Quer dizer, o governador deverá ir, então, com o dinheiro da Prefeitura de Curitiba, pedir para o seu companheiro Cássio Taniguchi que bancasse a sua viagem. Mas jamais o povo do Paraná pagar pela viagem de turismo que ele fará a Amsterdã, durante dez dias.

Outro aspecto que Vossa Excelência falou: que sou agressivo. Esse é o jeito de um caboclo, deputado Valdir Rossoni, que vem lá do interior do Paraná, é a mesma indignação que o povo do Paraná possui. Talvez eu não tenha aqui a diplomacia que Vossa Excelência tem, e que outros deputados possuem, mas tenho aquele jeito caboclo do agricultor sertanejo do interior do Paraná, que constrói o progresso deste Estado. E, é desta forma que procuro me relacionar: com franqueza, determinação e às vezes, faltando um pouco com a diplomacia, para falar aquilo que meu coração quer. Falo com franqueza, falo o que penso, falo o que acho que tenho que falar, porque procuro agir na vida pública com tranquilidade, com transparência.

De forma que a nossa posição aqui nesta Casa sempre foi assim e sempre será! Não vou mudar, porque este é meu comportamento de ser humano, assim vim ao mundo e assim vou ser! Este jeito vou manter com ou sem governo.

Ainda na semana passada, na CCJ, o deputado Cleiton Kielse apresentou um projeto de lei concedendo título de Cidadão Honorário ao ministro Eliseu Padilha, e votei contra, porque acho que este ministro não merece o

título de Cidadão Honorário do Paraná, muito embora seja do PMDB. Teve um único voto contrário na Comissão de Constituição e Justiça que foi o meu. Este é meu jeito e fica aqui registrada a indignação por esta viagem de passeio, de turismo, que o governador fará e o povo do Paraná pagará. É a trigésima oitava viagem, quase trezentos dias viajando!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa, requerimento solicitando diminuição de interstício para realização de Sessão Extraordinária logo após a presente Sessão Ordinária.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, ontem foi dado entrada na Casa, de sete pedidos de CPI's. Cinco pedidos foram feitos de forma irregular, com base no artigo 33 do Regimento Interno da Casa. A Comissão do Fórum de Curitiba, a Comissão de Recuperação e Preservação de Rio, do MST, da América Latina Logística e da Telefonia Fixa foram apresentadas de forma irregular, porque o artigo 33 do Regimento Interno desta Casa diz que cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica.

Portanto, este artigo trata de Comissões Permanentes. O artigo que trata de Comissões Temporárias é o artigo 34. E, o artigo 36 diz: "a Assembléia, com requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar".

No § 2º diz o seguinte: "recebido o requerimento, o presidente mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais. Caso contrário, devolve-lo-á ao autor".

Por isso, senhor presidente, estou apresentando um ofício a Vossa Excelência, uma questão de ordem, para que Vossa Excelência devolva os requerimentos que não preenchem os requisitos elementais aos autores, para que eles os refaçam e os apresentem novamente à Mesa. Estou fazendo por escrito esta questão de ordem.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Em tempo, senhor presidente: por lapso de datilografia, foi citado o artigo anterior. Já requeremos que seja corrigido e substanciado o requerimento nos artigos devidamente corretos, tendo em vista que o erro foi apenas de datilografia.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, conforme dizia o finado deputado Anibal Khury: "Não se pode dormir, porque dormir não tem nem passe". de forma que o que vale é o que está escrito. Se fosse tão fácil mudar, através de um pedido verbal, o que está escrito, não precisaríamos ter documentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa recebeu no dia de ontem, os requerimentos, realmente o artigo está incorreto. Não é o artigo 33 e sim o artigo 36. O que não impede que a Mesa o acate porque sabe, perfeitamente, a que se referem os artigos 32, 33 e 36.

Mas, o que a Mesa fez ontem, até por uma questão de hermenêutica, passou imediatamente estes pedidos à Diretoria Legislativa por que não podemos instalar qualquer tipo de CPI. Recebi todos os requerimentos ontem e imediatamente nosso assessor nos comunicou que o artigo estava errado, o que não impede seu recebimento.

Recebemos, sim, e isso não impede que seja, a seu tempo, instalado. Mas, a Mesa recebeu e encaminhou os sete pedidos para o Departamento Legislativo. Isto é o que reza o regimento. Se estão certos ou errados, haveremos de corrigi-los ou não, ou acatá-los ou não.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, vamos insistir que os requerimentos estão errados, o Regimento Interno tem que ser cumprido e está escrito que Vossa Excelência tem que devolver os requerimentos aos autores. Então Vossa Excelência tem que cumprir o Regimento Interno, senão sobrar a nós a justiça para podermos mudar a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente!

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas gostaria de lembrar aos senhores deputados, que estamos transcorrendo o prazo para emendas à Constituição do Estado do Paraná. Caso contrário, acabam extinguindo os trinta dias de emenda e os parlamentares podem não se aperceber que este prazo corre.

Então, gostaria de pedir àqueles que tiveram emendas à nossa Constituição que as encaminhe, para que possam ser analisadas e votadas em tempo oportuno.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Apenas, senhor presidente, gostaria de fazer uma sugestão: o deputado Caíto Quintana já, por algumas vezes, se manifestou no sentido de que tenhamos a preocupação em relação a esta questão das emendas na Constituição.

O deputado Caíto Quintana coordenou um trabalho para a mudança da Constituição e este ante-projeto me parece que foi encaminhado aos gabinetes. Acho, pela oportunidade e pela importância que tem esta questão, Vossa Excelência, senhor presidente, deveria tomar a iniciativa de nomear três ou quatro deputados, capitaneados pelo deputado Caíto Quintana, para que pudessem abrir, numa manhã, a discussão com os senhores deputados, sobre a proposta já apresentada para a alteração da Constituição e aquilo que podemos fazer. Porque senão, me parece, ficaremos à margem do processo de discussão de mudança.

Quem sabe as mudanças que queria propor, ou imagine propor, já estejam contempladas dentro do ante-projeto apresentado pelo deputado Caíto Quintana, mas não seja do meu entendimento por não haver esta discussão.

Então, acho que isso seria proveitoso para a Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados, peço a Questão de Ordem para tornar público à Assembléia Legislativa, como já está público pelos jornais que a empresa Araupel, de Quedas do Iguaçu, está sofrendo muito com a invasão que ocorreu na sua área. Esta invasão tem causado prejuízo à natureza, visto que árvores nativas, pinheiros, estão sendo queimadas e cortadas.

Os invasores estão proibindo a empresa de fazer e refazer o plantio para o seu processo natural de corte para importação e exportação do nosso produto. Temos notícia que a empresa está demitindo funcionários e espero, do governo do Estado, uma alternativa no sentido de recolocar estas famílias ou de colocar ordem na questão de Quedas do Iguaçu, mais especificadamente na questão da área da Araupel, que é uma empresa que tem mais de 1.5000 funcionários.

Nessa Questão de Ordem solicito ao líder do Governo para que interfira, junto aos secretário de Segurança e ao governo do Estado, para que a estendam a mão ao município de Quedas do Iguaçu, especialmente a empresa Araupel.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, apenas para esclarecer, se Vossa Excelência me permitir, numa Questão de Ordem, dizer ao deputado Beraldin que há pouco conversamos com o prefeito eleito de Quedas do Iguaçu e já comunicamos e pedimos ao secretário de Segurança as providências para proteção dessa questão que está acontecendo em Quedas do Iguaçu. As medidas estão sendo tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição.

Com a palavra deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhores presidente, senhores deputados.

Ouvimos, com atenção, as ponderações feitas pelo ilustre deputado Nereu Moura e as colocações feitas pelo líder, ainda que a nossa Bancada, os catorze parlamentares da Oposição não são contra qualquer projeto de industrialização do Paraná e principalmente de atração do capital nacional e estrangeiro a nosso Estado que, além de gerar riqueza gera oportunidade de trabalho.

Sabemos perfeitamente bem, não participei de governo anterior ao governador Jaime Lerner, nenhum

deles, nem de Álvaro Dias, nem Requião, nem de Richa, nem de outro governador, então pela vivência que hoje desfrutamos, participando dos Encontros representando esta Casa, no Mercosul, órgão este criado depois de vermos o porquê da atração de investimentos ao Brasil. Quando o Comércio Comum Europeu saturado, quando o setor automotivo da Europa toda já completamente falido, sem perspectiva nenhuma de negócio, o filé mignon de todo o universo era, é e continuará sendo este lado do mundo. Assim é que veio o setor automotivo para o Paraná, para a Bahia, para São Paulo, para inúmeros outros lugares, por causa da falência do Comércio Comum Europeu.

O Nafta dos Estados Unidos, do México, do Canadá, também congestionado, para vender seus produtos que não tinha mais consumidores, desembocaram aqui na América do Sul, fazendo com que o Mercosul não fosse criado. E numa decisão histórica e de defesa da economia deste quadrante do mundo os presidentes do Brasil, nosso Brasil, presidentes da Argentina, Uruguai e Paraguai se uniram e fizeram o Mercosul, defendendo as nossas economias. O que é que fez a América, capitaneada pelos Estados Unidos, o que eles fizeram? De antemão lançaram a globalização de toda a economia do Universo, propondo a aliança das Américas, o Alca, para somar a Europa, o Nafta o Mercosul e todo mundo, num só.

Através do presidente Fernando Henrique Cardoso, não concordamos, o Brasil não concordou, é o maior parceiro do Mercosul, não concordou, o Alca só pode ser implantado no ano de 2005, por quê? Porque até o ano 2005 procuraremos, dentro da economia capenga que possuímos, dentro da indústrias desatualizadas que temos em todo solo pátrio, procuramos dentro da economia, nos situarmos e dentro da indústria nos atualizarmos para competir de igual para igual com o mundo todo.

2005, o que está fazendo os Estados Unidos? Foi lá no Chile, ofereceu oportunidades outras, e pegou como aliado para antecipar o álcool. Agora os Estados Unidos está se insurgindo na Argentina para tentar tirar de nós o nosso parceiro irmão, a Argentina, para favorecer os Estados Unidos e depreciar o Mercosul, e principalmente o Brasil, que é um grande competidor a nível internacional de alguns setores de consumo da economia mundial, um deles: a carne. Quando o Paraná brigou para conseguir a certificação que foi entregue, a esta Casa esteve presente e alguns dos senhores deputados lá estiveram, conseguiu o certificado da Europa para vender a nossa carne, como também a Argentina, e conseguimos colocar uma carne de qualidade, de menor preço lá na Europa.

O que fez a América? Veio aqui no Brasil, mas precisamente ali no vizinho Estado do Mato Grosso do Sul, e ali da Argentina, mais de perto da região do Tchaco, e infiltrou de volta a febre aftosa. Num passe de mágica os americanos devolveram o vírus para nós da febre aftosa. Por quê? Para caçarem o nosso certificado para não conseguirmos vender a carne para a Europa e nem a Argentina vender.

Foi isso que aconteceu: falei lá na Província, representando o deputado Nelson Justus, junto com o deputado Algaci Tulio, que lá estivemos representando esta Casa e este Paraná, a intromissão do americano dentro da economia da Argentina e da economia do Brasil.

Hoje já estão sendo identificados de que forma nasceram os focos, que pelo ilustre 1º secretário desta Casa que começou, o deputado Hermas Brandão quando foi secretário da Agricultura, começou a fazer o estirpado Paraná, e dessa toda região nossa, a febre aftosa, e conseguimos.

Hoje, aqui estamos, fiz essa introdução, senhores parlamentares, para dizer ao líder do governo, deputado Valdir Rossoni, o porquê que aconteceu a industrialização aqui no Paraná nessa época e não na época passada. Por quê? Porque na Europa, na época passada, tinha comércio, nos Estados Unidos tinha consumo. E agora a Europa está saturada, a América está falida em termos de consumidor, e estamos nos desenvolvendo. É o ciclo que está acontecendo, como Vossa Excelência, ilustre deputado Nelson Justus como secretário de Indústria e Comércio do Paraná trouxe alento à economia do Paraná, na transformação eminentemente agrícola e pastoril, à agropecuária do Paraná, Vossa Excelência foi um dos pais da industrialização, quando secretário, trazendo a Curitiba, levando a Ponta Grossa e a todos os quadrantes do Estado a presença do capital estrangeiro e nacional no desenvolvimento industrial do nosso Paraná.

Por que falamos isso? Para dizer ao ilustre líder do Governo que não somos contra a viagem, deputado Rossoni, mas não queremos mais ser enganados. Naquela viagem para os Estados Unidos, quando Sua Excelência, o governador, mandou um pedido a esta Casa, não era aquele objetivo daquela viagem, deputado Nereu Moura, aquela viagem quando respeitamos e aprovaríamos sem condição nenhuma, era um problema de doença familiar que ele possui, que infelizmente qualquer um de nós está sujeito, e mascarou aquela viagem, dizendo que ia fazer uma conferência que não se efetivou, porque até hoje não veio resposta a requerimentos, a esta Casa mostrando se o governador Jaime Lerner, realmente, nos Estados Unidos fez alguma conferência, naquela oportunidade, naquele dia. Não veio!

Hoje, deputado Valdir Rossoni, iremos aprovar a viagem, porque sabemos e entendemos que pode ser, nesta ocasião, a oportunidade de novos investimentos para o Paraná, com uma condição: que Vossa Excelência, depois de efetuada a viagem, nos traga porque se assim o disser, confiamos na sua palavra, que sempre foi cumprida quem o acompanhou e qual foi o motivo real da viagem. Porque agora, antes dela, não pode ser dito e, posteriormente, mesmo que seja sigilosa, teremos, aqui, a resposta dentro dos parâmetros que a nossa consciência permite, para não ser divulgada.

Iremos votar, deputado Valdir Rossoni, com esse compromisso, se Vossa Excelência aceitar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Gostaria de fazer um convite aos senhores parlamentares - conversei com o secretário de Segurança - a todos os deputados, mais especialmente aos deputados que atuam na região do Sudoeste, de Laranjeiras do Sul e de Quedas do Iguaçu. Segunda-feira, às 11:00 horas da manhã, o secretário de Segurança virá à Assembléia, para conversar com os senhores parlamentares sobre a questão Araupel, para que juntos achemos uma solução para aquele grave problema que está acontecendo em Quedas do Iguaçu

Agradeço, senhor presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Quero fazer um comunicado à Casa: na próxima terça-feira, pela manhã, em uma promoção da Comissão de Educação, estaremos fazendo uma audiência pública sobre os problemas do Fundef, no Paraná. São várias denúncias que nós e o Ministério Público estamos recebendo e resolvemos, a bem de esclarecer algumas dúvidas, fazer uma audiência, tratando desta questão, no Paraná.

Todos os membros da Comissão de educação, nessa terça-feira, às 09:00 horas, no Plenarinho desta Casa, estão convidados para compor a Mesa de abertura.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há requerimento sobre a mesa, do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que requer, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício, para realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária.

Requerimento aprovado.

Esta Presidência anuncia com muita satisfação, a presença dos ex-deputados Wilson Fortes e Igo Losso. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Gostaria também de registrar a presença do ex-deputado estadual e federal Nelton Friedrich, presidente do partido PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 055/00/GLPMDB, subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente, referente a requerimentos encaminhados à Mesa, os quais propõem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar responsabilidade sobre as seguintes questões: construção do Fórum de Curitiba; poluição ocorrida no Rio Iguaçu, pelo óleo derramado; indícios de desvios de Recursos Públicos e cobrança de “comissões” por parte do MST; condições em que vêm sendo operadas das Estradas de Ferro do Estado do Paraná, pela concessionária América Latina Logística; incorrem em erro regimental na sua formulação uma vez que o Artigo 33 do Regimento Interno, usado como embasamento legal dos mesmos trata especificamente de Comissões Permanentes. **Decidido pelo senhor presidente na presente sessão.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui a Região Metropolitana de Paranaíba e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2000, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o senhor governador do Estado do Paraná, a ausentar-se do País com destino a Holanda. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Os senhores deputados que votam favoravelmente, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) senhores deputados votam favoravelmente.

Os senhores deputados que votam contra o projeto, queiram levantar-se.

Nove (09) senhores deputados votam contra.

Está aprovado o projeto.

O SR. BERLADIN (**Para Justificar**)

Senhor presidente, votei favoravelmente, por isso fiquei aqui, para votar favoravelmente. Se quiséssemos votar para impedir a viagem do governador era simples, era só sair do plenário, era uma questão regimental. Então aí é que me coloco, às vezes, numa posição diferente: ser ou não ser Oposição. Tem horas que você não pode dizer sou Oposição ou sou Situação. Numa hora como essa sou a favor.

Então, me desculpe a Oposição, mas ela levantou contra apenas para manifestar, mostrar à opinião pública que é contra, mas podia impedir a viagem do governador.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Beraldin não tem moral para ficar impondo nossa linha de atuação, nessa Casa. Votamos do jeito que achamos, demonstramos aqui que somos contra a viagem do governador e votamos contra a viagem do governador. Se o deputado Beraldin quiser votar a favor ou contra é problema dele, não nosso. Temos coerência na nossa atuação.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL da C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiveram certificados até 30 de junho de 1999 e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 404/99**

Art. 1º - Fica reconhecida a validade dos Cursos de Pós-Graduação a nível de especialização expedidos pelas Instituições de Ensino Superior até 30 de julho de 1.999, para os efeitos da Lei Complementar nº 77/96.

Parágrafo Único - Os diplomas expedidos com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas e adotando como parâmetro de qualidade a Resolução nº 12/83, do Conselho Federal de Educação serão aceitos pelo Estado do Paraná.

Art. 2º - Após a data mencionada no *caput* do artigo anterior, somente serão aceitos diplomas que observem todas as demais exigências do Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação dará amplo conhecimento e fará divulgação em todas as escolas da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Basílio Zanusso, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi e Cesar Seleme.

O projeto retorna à CCJ.**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.D.H. E C.S.P.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca, Empresas de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral de Guaratuba - Sintrapesca. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/2000, de autoria do deputado Beraldin, que proíbe o corte da Araucária Angustifolia “pinheiro símbolo do Paraná”, por um período de 10 (dez) anos, em todo território estadual. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e Substitutivo Geral de Plenário, de nº 02, de autoria do senhor deputado Beraldin, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 022/2000**

O Artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibido em todo o território do Estado do Paraná os cortes das espécies Araucária (Araucária Angustifolia) “Pinheiro Símbolo do Paraná”, Imbuia (Ocotea Porosa) e Peroba (Aspidosperma Plyneuron), em sua condição natural, por um período de 5 (cinco) anos”.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Durval Amaral, Moysés Leônidas e Antonio Baratter.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNÁRIO, Nº 02

Art. 1º - Ficam proibidos o corte, o transporte, a comercialização, a industrialização de árvores das espécies Araucária Angustifolia (pinheiro do Paraná), Ocotea porosa (imbuia), Ocotea Odorifera (sassafrás), Ocotea Catharinensis (cancela preta), Tabebuia Chrysothricha (ipê-amarelo), Cedrela Fissilis (cedro-rosa), Dicksonia Sellowiana (xaxim-bugio), e Aspidosperma Polyneuron (peroba) e das formações florestais, nativas estáveis ou em adiantado processo de regeneração, tendendo à estabilização sucessional, que as abriguem no Estado do Paraná.

Art. 2º - Executam-se da proibição imposta por esta lei, desde que a propriedade apresente regularidade ambiental e comprove o cumprimento da legislação ambiental vigente:

I - as árvores das espécies citadas no artigo 1º que, comprovado por laudo técnico, representem risco à vida e ao patrimônio;

II - as árvores das espécies citadas no artigo 1º localizadas em perímetro urbanos, respeitadas as diretrizes municipais;

III - as árvores das espécies citadas no artigo 1º necessárias ao consumo próprio ou à subsistência de pequenas propriedades rurais;

IV - os casos de utilidade pública ou interesse social, assim declaradas por ato do Poder Público;

V - as árvores das espécies citadas no artigo 1º, oriundas de plantios em reflorestamentos com fins econômicos;

VI - as árvores das espécies citadas no artigo 1º secas, devidamente comprovadas por laudo técnico;

VII - as árvores das espécies citadas no artigo 1º existentes em áreas com vegetação formada predominantemente por espécies pioneiras e comprovadamente degradadas ou em início de processo de regeneração;

VIII - outros casos que venham ser previstos no Plano Estadual de Conservação da Bioma Floresta com Araucária previsto no artigo 6º da presente lei.

Parágrafo Único - Os casos previstos nas alíneas deste artigo ficam sujeitos à autorização para corte por parte do órgão estadual competente.

Art. 3º - Fica proibida a exploração de florestas nativas sob forma de Plano de Manejo em Regimes de Rendimento Sustentado em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 4º - A não observância dos procedimentos previstos nesta lei será considerada falta gravíssima e sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação estadual e federal em vigor.

Art. 5º - O órgão ambiental não poderá fornecer certidões, autorizações ou licenciamentos ambientais a pessoas físicas ou jurídicas que tenham registro de dívidas ou pendências ambientais.

Art. 6º - O Poder Executivo elaborará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da publicação da presente lei, o Plano Estadual de Conservação do Bioma Floresta com Araucária que conterá o respectivo zoneamento.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.2000.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Algaci Tulio, Geraldo Cartário e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

As florestas com Araucária representavam originalmente mais de 60% da cobertura florestal do Estado do Paraná, distribuindo-se ao longo dos seus três planaltos.

Representaram, por muitos anos, a principal fonte de divisas do Estado, durante seu primeiro ciclo econômico, o da madeira, devido o alto valor atingido por grande parte das espécies integrantes desde o bioma florestal no mercado nacional e internacional.

Hoje os remanescentes naturais da outrora pujante floresta não cobrem mais do que 2% de sua área original de distribuição.

Desta forma e visando resguardar a diversidade biológica, a variedade de genótipos, populações, ecossistemas e processos ecológicos do Bioma Floresta com Araucária ou Floresta Ombrófila Mista, justifica-se a adoção das medidas proibitivas ora propostas.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas uma informação: porque na Ordem do Dia não consta que o projeto do deputado Beraldin tenha passado pela Comissão Ecologia e Meio Ambiente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É verdade, já encaminhamos este projeto à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente há algum tempo e ontem assumimos o compromisso que mesmo sem a apreciação desta comissão, colocaríamos em votação.

Há sobre o projeto, uma emenda de Plenário e ele retorna à C.C.J..

O SR. BERALDIN (Questão de Ordem)

Senhor presidente, desculpe o atraso mas a emenda é em 1ª votação?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em 2ª Discussão o projeto, deputado Neivo, é mais um erro de datilografia, perdão.

O SR. BERALDIN

Se é 2ª discussão, tenho um substitutivo geral ao projeto, que quero apresentar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Recebo com muita satisfação.

O SR. ALGACI TULIO

Então, aproveitando a oportunidade, solicito que o projeto seja remetido à Comissão de Meio Ambiente para analisar este substitutivo. É a grande oportunidade que temos para analisar o projeto do deputado Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai retornar à C.C.J. o substitutivo e espero que a Comissão de Meio Ambiente aprecie este projeto. **Volta à C.C.J.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço a Vossa Excelência que encaminhe esta emenda do deputado Beraldin a todos os parlamentares, porque é um projeto de extrema importância e seria importante que quando fosse às Comissões todos tivessem conhecimento.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (**Publ. no D.A. nº 170, de 28.11.2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 404/2000

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do deputado Geraldo Cartário, o presente plano de lei, cria o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor.

Fundamentação

Analisada a matéria por esta assessoria legislativa constatou-se que há inconstitucionalidade, já que o inciso IV do artigo 135, da Constituição Estadual, cita que é vedada a vinculação de receita de imposto a fundo, assim como, a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita. No projeto que cria o Funcor, encontramos explicitado que constará como receita deste a arrecadação decorrente da retenção e do pagamento do ICMS do contribuinte substituto.

Outrossim, neste mesmo artigo, nos incisos VIII e IX, que expressam a vedação de utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fis-

cal, para suprir necessidades ou cobrir déficit de fundos (o art. 4º do projeto que cria o Funcor, cita como receita transferência à conta do orçamento do Estado) e a vedação da instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

Conclusão

Assim sendo, é necessário adequar o Funcor, às agências constitucionais, principalmente na área tangente a suas receitas, para que estas não venham a ferir qualquer dispositivo constitucional.

Este relator entende da necessidade que a Assembleia Legislativa aprove antes o Projeto de Lei nº 405/2000, da autoria do mesmo deputado, que trata da retenção de valores sobre a comercialização dos combustíveis no Estado, para que o referido Funcor possa ter viabilizado esta como fonte de sua receita.

Sendo assim, os projetos poderiam tramitar normalmente, com a recomendação de que a sanção governamental seja colocada, primeiramente, ao Projeto de Lei nº 405/2000, para que não haja nenhuma inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 404/2000, que cria o Funcor.

Esse encaminhamento foi realizado com sucesso, no Mato Grosso do Sul, tanto que viabilizou a criação do fundo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator.

Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, os itens 09 e 10 da pauta, de autoria do deputado Geraldo Cartário, respectivamente Projetos 404 e 405 o Projeto 404 cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária e o 405, dispõe sobre a retenção de valores da comercialização de combustível para comporem o Fundo Rodoviário Estadual. Este projeto, evidentemente, trata diretamente de obras de conservação e melhorias na rede rodoviária estadual, conseqüentemente deve sofrer apreciação por parte da Comissão de Obras e Transportes, a qual presido, e solicito que este projeto retorne à Comissão de Obras, mas para evitar o atraso no seu trâmite, poderíamos votar hoje a questão constitucional e na sequência seriam encaminhados à Comissão de Obras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continua em discussão, em votação.

O SR. ADEMIR BIER (**Questão de Ordem**)

Gostaria também que o Projeto 405 passasse pela Comissão de Finanças e também o Projeto 404, se for possível.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Este Projeto de Lei nº 404/2000 que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, Funcor, demonstra aqui nesta Casa, senhor presidente, qual é a postura de Oposição.

Ontem houve uma discussão profunda e longa e há muito tempo temos mantido esta discussão aqui na Assembléia, contrários por exemplo, à cobrança do pedágio, por acharmos que ele encarece frete, dificulta o trâmite de mercadorias, inviabiliza alguns programas de governo, como por exemplo, programa de calcário. Como é que vai levar calcário daqui para o Sudoeste do Paraná se tiver que pagar pedágio? Aliás, tenho um projeto nesta Casa que não passou sequer pela Comissão ainda há mais de 6 meses, que isenta do pagamento de pedágio, veículos que estejam transportando insumos agrícolas necessários à nossa produção.

Mas, da mesma forma que a Oposição se pronuncia contra o pedágio, se registra aqui, se fôssemos agir politicamente senhor parlamentares, votaríamos contra esse Fundo, porque este Fundo são recursos para que o governo possa executar obras, executar estradas, ter recursos na Secretaria de Transportes, melhorando a posição política do governo e estou analisando neste momento pelo ângulo do benefício.

Mas a Oposição, se fosse fazer a oposição pela Oposição, votaria contra; chegamos a discutir isso na nossa Bancada. Estamos aqui votando a favor da criação de um Fundo que vai dar recursos para que o governo possa melhorar as rodovias do nosso Estado do Paraná, possa cumprir emendas de muitos dos seus parlamentares, e isso é importante que se registre para que não ouçamos em determinados momentos, colocações de que a Oposição é contra tudo, não somos contra tudo, somos contra aquilo que não traz benefício algum, nem político, nem administrativo ao Estado do Paraná e gera prejuízo para o seu povo. Mas esse, senhor presidente, estamos votando favoravelmente, até pela certeza de conhecermos na mão de quem estará para ser gerido os recursos da criação desse Fundo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continua em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J. (**Publicado no D.A. nº 170, de 28.11.2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 405/2000

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do deputado Geraldo Cartário, o presente projeto visa que as empresas que atuam como contribuintes na retenção e no pagamento do ICMS devido ao Estado, relativamente aos produtos combustíveis derivados de petróleo, devem reter 1(um) centavo de real por o litro de gasolina e 2 (dois) centavos de real para cada litro de óleo diesel então vendidos, sendo estes valores retidos destinados ao Funcor.

Fundamentação

Este projeto encontra-se intrinsecamente ligado ao Projeto de Lei nº 404/2000, já que para o Funcor existir precisará das receitas oriundas desta redenção, sem o que inviabilizará a sua existência.

A Constituição Estadual, assim como, a Federal, citam a vedação de vinculação direta de arrecadação de receita estadual para integralizar capital de fundos. Através deste dispositivo legal esta arrecadação é permitida, desde que esta vinculação seja feita de forma indireta, o que é permitido constitucional e legalmente. Para isso se precisará de lei ordinária, permitindo a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis.

Conclusão

Assim, pelo acima exposto e porque nada encontramos que obste legal ou constitucionalmente o projeto em tela, opinamos Favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;

DUÍLIO GENARI - Relator.

O SR. ADEMIR BIER (**Questão de Ordem**)

Gostaria agora que este projeto realmente passasse na Comissão de Finanças, tendo em vista a participação de Fundo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seguramente.

Para encaminhar, deputado Hermas da Fonseca.

O SR. HERMAS DA FONSECA (**Para Encaminhar**).

Senhor presidente, nós, eu e o deputado Colombo, iremos apresentar na segunda-feira, um substitutivo ao Projeto 405 e ao Projeto 404 também. Em entendimento com o deputado Cartário, existem imperfeições nos textos dos dois projetos; então faremos um substitutivo e protocolaremos na Casa na próxima segunda-feira.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

O deputado Hermas Fonseca e o deputado Irineu Colombo, conversando conosco - até estamos concordando - que haja nesse projeto mais alguns tributos a serem arrecadados para fortalecer a malha rodoviária. quando o deputado Hermas Fonseca fala que aceitamos algumas imperfeições no projeto, aí, não.

O nosso projeto está precisamente adequado, está dentro dos parâmetros legais, mas nada impede que o fortalecimento de sugestões da Bancada do Partido dos Trabalhadores venha a fortalecer mais o nosso projeto. Visto que, uma das argumentações do deputado Irineu Colombo é precisamente no sentido de cobrarmos o transporte da cana, os transportes dos canavieiros, realmente prejudica sobremaneira a malha rodoviária, porque até mesmo na BR até hoje, não colocou balanças adequadas para o respectivo peso desse transporte.

O qual já faço uma sugestão a Vossa Excelência, presidente Nelson Justus, que se Vossa Excelência assumir o cargo de secretário de Transportes, seria uma forma até de estudar a possibilidade de não deteriorarmos a malha rodoviária nos trechos compreendidos no transporte da cana, porque realmente, o peso é violento pelos eixos aproximados que carregam sobremaneira a malha rodoviária.

No entanto, esse projeto foi motivo de diversas discussões por parte da Comissão de Justiça ao ponto de a assessoria jurídica dessa Casa - levantamos problemas, se dirigir à Secretaria da Fazenda de Mato Grosso, aonde temos a honra do secretário ser paranaense, ainda outros segmentos do governo de Mato Grosso e as respostas, todas, foram positivas quanto a constitucionalidade e, principalmente, o mérito, porque inconstitucional mesmo é o cidadão pegar a família no final de semana, pegar a estrada de Ibaiti até Santo Antonio da Platina, e morrer nesta estrada, pelos grandes panelões que se encontram, numa estrada de noite sem qualquer sinalização. Esse para mim é a maior inconstitucionalidade.

No entanto, quero dizer que se os companheiros aceitarem este substitutivo geral que será apresentado pelo Partido dos Trabalhadores, da minha parte nada a opor.

Essa é uma Casa democrática e tenho por objetivo de transformar todos os projetos apresentados por nós, não em projeto do deputado Cartário, mas num projeto, numa resposta a população dos 54 deputados, que recebem salário pago pelo povo.

Era isso que queria dizer, senhor presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, estamos com um debate bastante interessante em torno dessa matéria.

Fiz quatro pronunciamentos aqui na Assembléia Legislativa com relação à situação precária das rodovias do Estado do Paraná.

O deputado Hermas Fonseca, em nome da Liderança do PT, fez um pronunciamento também, falou da possibilidade da apresentação do projeto, que estávamos estudando.

O primeiro deputado que falou nesta Casa sobre o Fundo Rodoviário foi o deputado Péricles, a iniciativa é ótima do deputado Cartário. A experiência de implantação no Mato Grosso do Sul, inclusive, que deverá dar a

reeleição ao nosso governador Zeca do PT, que é chamado "Fundersul", lá no Mato Grosso do Sul.

Quando foi criado este imposto, fomos alvos de críticas seriíssimas, sobretudo, para as elites conservadoras do Estado, que são enormes, que chamavam de maneira pejorativa "imposto do PT".

Agora que as estradas estão sendo arrumadas inclusive as estradas federais, que o governo do Estado sem pedágio está arrumando, está sendo então retirada a palavra - imposto do PT, porque hoje passou a ser propaganda para o nosso governo local.

É claro que lá é cobrado, além do combustível, também do gado de corte. Que é o gado que estraga as rodovias. Estive em São Paulo na última semana e falei com o deputado federal Paulo Bernardi que é o secretário da Fazenda, e ele falou: "Olha, no Paraná é recomendável cobrar dos transportadores de cana". Porque onde tem colheita de cana são as estradas mais esburacadas. Então é justo do ponto de vista de uma tarifa pública, de um imposto que aqueles que mais causam estragos que paguem mais por aquele dano. Não podemos fazer com que toda sociedade pague para aqueles que, tradicionalmente, estragam as rodovias, tenham benefício.

A nossa sugestão - e já foi feito um acordo político aqui com a nossa Bancada do PT, sabemos que há divergência com o PMDB, não há problema nenhum nesse debate. Um acordo político no sentido de aprovarmos o projeto e ampliar a cobrança.

Porque o projeto é bacana, mas não vai ter recursos. Queremos colocar mais recursos, viabilizar e queremos arrumar as estradas do Paraná. E queremos contribuir com isso, inclusive um projeto que tem um sucesso já comprovado, acredito eu, que se essas entidades que congregam canavieiros quiserem criticar algum deputado, vão criticar a mim, ao deputado Hermes.

Mas com o tempo ficarão sabendo do benefício que trouxe esse projeto lá no Mato Grosso do Sul e irão aprovar essa idéia.

É um debate bastante interessante, pena que o tempo é bastante curto. Estava propondo uma audiência pública e tal, como não há tempo, tendo em vista o recesso que se aproxima, vamos hoje à tarde reunir a Liderança do PT, vamos tabelar um substitutivo geral, vamos apresentar a Vossa Excelência, ao deputado Geraldo Cartário, à Liderança do PMDB, para ver se conseguimos, num amplo entendimento, fazer um fundo, que tenha dinheiro, que seja constitucional e que resolva o problema das estradas estaduais do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Questão de Ordem)

Visto que o deputado Irineu Colombo falou que o projeto não terá recursos suficientes, quero aproveitar e dizer aos senhores deputados, que este projeto tem uma arrecadação de 77 milhões por ano. Isso de acordo com 1 trilhão e poucos milhões de litros de gasolina e óleo die-

sel. Somando tudo certinho dá 77 milhões por ano. Na minha opinião, visto que o projeto não autoriza a construção de novas rodovias mas simplesmente manter para não perdermos os 10 mil km de rodovias existentes, acho que é o suficiente. Mas nada impede que Vossa Excelência deputado Irineu Colombo e a Bancada do PT, venham com outros mecanismos para aumentar. Na minha opinião não há necessidade de mais.

Mas, quero dizer que gostaria que o projeto não fosse nem do PT e nem do Partido Social Liberal, mas fosse um projeto dos 54 senhores deputados. Todos eles circulam nas rodovias. Não andamos de helicóptero, não andamos de avião e sabemos a situação das rodovias. Era essa a colocação que queria fazer.

Se Vossa Excelência assim entender, poderia retirar a minha assinatura do projeto e colocarmos as assinaturas dos 54 senhores deputados. Não tenho interesse nenhum de participar como sendo o autor único e exclusivo desse projeto.

Obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nossa solicitação é também para que o projeto tramite na Comissão de Obras, no sentido de poder colaborar, no sentido de discutir melhor, não fazendo aqui um senso crítico ou achando que o projeto do deputado Cartário realmente não atinge os objetivos desejados.

Pelo contrário, é no sentido que tenhamos efetivamente um fundo que tenha sua sustentação jurídica no sentido que ele não possa ser questionado e acabe até prejudicando a sua ação perante o governo do Estado, e, principalmente, que possamos deixar claro a composição de receita para que tenhamos, efetivamente, um fundo real capaz de dar sustentação à conservação e manutenção das rodovias estaduais do Estado do Paraná.

Então, é nesse sentido que solicitamos também que ele tramite na Comissão de Obras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nobres colegas.

Na Comissão de Justiça tivemos a preocupação em virtude de exigüidade de tempo, o recesso está aí e estamos também na antevéspera da eleição da Mesa, me parece. E dada a importância do projeto, porque todos sabemos que a malha viária do Estado - me refiro à pavimentação asfáltica das estradas menores e vicinais intermunicipais não pedagiadas, que são cerca de nove mil e quinhentos ou dez mil quilômetros, estão se acabando, não há nenhuma conservação, o Estado não tem recursos, o DER não tem recursos para a sua manutenção. E é conhecido de todos. Por isso estabeleceu-se o pedágio no Estado, que é um assunto à parte.

Mas, quero cumprimentar o deputado Cartário pela oportunidade de ter apresentado esse projeto. Mas, realmente, sabemos que essa contribuição buscamos do Mato Grosso do Sul, do PT ou sem PT, do Zeca ou não Zeca, mas que é muito importante. O Mato Grosso do Sul estava precisando tanto de recuperar e contribuir as suas estradas, que o governo foi atendendo o clamor das forças produtivas do Mato Grosso do Sul que resultou nesse projeto. Projeto estudado, analisado durante longo tempo, por mais de um ano. E queremos, com a brevidade possível nesses poucos dias, transformar esse projeto, esse subsídio do Mato Grosso, estudado e analisado pelo nosso DER, o departamento jurídico e os engenheiros do nosso DER, que segundo os seus cálculos, esses recursos colocados no projeto de lei serão bastante para as nossas necessidades urgentes, que somam o valor de 77 milhões, segundo o doutor Tissot, engenheiro do DER, que agora há pouco fez referência ao deputado Cartário.

E apenas pedi a palavra, senhor presidente, neste encaminhamento, para dizer da importância deste projeto e que todos precisamos buscar uma solução, já que o Executivo não se pronunciou a respeito até hoje. As estradas estão de forma impossível de serem transitadas, quebrando caminhões, estourando rodas, estourando pneus, entortando rodas de automóveis, pondo em risco vidas de pessoas, e muitas. E acho, então, oportuno, até porque numa homenagem que esta Casa pode fazer, nesta oportunidade, ao futuro secretário dos Transportes, o nosso presidente Nelson Justus. Seria lamentável o Nelson Justus assumir a Secretaria dos Transportes e manter o Estado como está: abandonadas as nossas estradas.

Por isso é a hora de não ser de Cartário, nem do PT, do Zeca, mas é uma contribuição porque sabemos e procuramos, sob forma de substitutivo, tornar possível, senhor presidente, senhores deputados, para que esta Casa possa dizer a alguém lá no interior ou na Capital, que esta Casa está preocupada e está procurando uma solução para esse problema.

O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, da mesma forma e com o mesmo entusiasmo, e com a mesma alegria que o deputado Basílio Zanusso encaminha, quero me somar a esta idéia da Assembléia Legislativa, encontrando assim uma solução para o clamor da população do interior do Estado que vê as suas estradas cheias de buracos.

Essa é uma idéia interessante, inteligente e com certeza vai amenizar o nosso problema.

Queira Deus que um dia possamos encontrar também uma idéia para, efetivamente, concretizarmos o sonho da Rodovia do Ivaí, a navegabilidade do rio Iguaçu, enfim, um dia iremos encontrar uma alternativa para o transporte da nossa produção via hidrovia, ferrovia e sairemos um pouco do foco das rodovias, em que pese a sua importância.

Por isso, quero me somar ao projeto do deputado Cartário e dizer que o subscrevo com muita satisfação. Ainda mais sabendo que Vossa Excelência vai dirigir este fundo e, com certeza, saberá olhar para as regiões dos deputados que militam no interior, que vivem no interior e que têm uma reclamação constante na questão das nossas estradas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação.

Aprovado.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar ao deputado Geraldo Cartário pela iniciativa do projeto, e a todos aqueles que colaboraram para que isto acontecesse.

Não gosto de me adiantar a nada, mas não conheço a palavra ingratidão!

Muito obrigado!

Sobre a mesa, requerimento nº 2441, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2440, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2442, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2443, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente **Aprovado** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2444 e 2445, de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2447, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 248, 249 e 334/2000.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 11 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 340, 404, 405/2000; e do Projeto de Lei Complementar nº 375/2000.

1½ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 081, 392, 399, 400 e 412/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A PEDIDO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2.000.

“Jango, resgate da história”

Nelton Miguel Friedrich

João Goulart morreu no exílio, na solidão. Proibido de retornar à sua pátria querida, vivia triste, pois sonhava voltar para o Brasil. Mas só retornou morto. Era 1976, dezembro, dia 06.

Lembrar do presidente Jango é avivar uma aula da história verdadeira que todo o Brasil precisa conhecer, saber, cultivar. Muito do que ocorreu e do que se pretendia construir continua inacessível ao povo brasileiro, embora tenham sido momentos preciosos da vida nacional. De nossa história recente pouco se fala, se estuda se vivencia. Principalmente sobre os avanços e acontecimentos pré-64, como a “Campanha da Legalidade”, liderada por Leonel Brizola - um dos mais expressivos movimentos populares da América Latina - que nas ruas possibilitou os expressivos movimentos populares da América Latina - que nas ruas possibilitou o respeito à Constituição Federal e que levou João Goulart ao poder em 7 de setembro de 1.961; a fase efervescente das pretendidas “Reformas de Base” (reformas agrária, agrícola, social, educacional, universitária, política, comercial, industrial, financeira, urbana, cultural); e outras lutas sociais, populares e nacionais inconclusas pela força das armas, com o golpe militar de 1964. Mas há uma lógica para tudo assim acontecer entre nós, vítimas que somos de um sistema político perverso que investe no esquecimento, na ausência de memória, no desfibramento do sujeito coletivo nacional, na diminuição do “sentimento de povo”, na quebra da noção de nação.

Época de confiança e de esperança, Jango Goulart fez surgir o décimo-terceiro salário, o estatuto do trabalhador rural, estruturou o nosso sistema de telecomunicações (Plano Nacional de Telecomunicações - Embratel), lançou as bases do mercado comum latino-americano, direcionou a política de desenvolvimento para nossa produção e realidade, concebida dentro da visão e compromisso de um projeto nacional. Criou a Eletrobrás, empresa nacional que ensejou todo o sistema de geração e distribuição de energia hoje existente no país. Cassou todas as concessões de exploração de minérios que infringiam o Código de Minas e a Constituição. Propôs rígido controle ao capital estrangeiro e instituiu a Lei de Remessa de Lucros - uma das causas de ser

deposto do poder por golpistas a serviço do capital internacional.

Outros ângulos da trajetória janguista precisam ser lembrados. O inesquecível trabalhista, Darcy Ribeiro com sabedoria escreveu certa ocasião: “a Jango devemos uma coisa muito bonita, que a meu coração fala especialmente: aquele senso de liberdade, de democracia e de criatividade cultural. É naquele período que surge um movimento poderoso que se estende até 1968: o movimento da bossa-nova, o movimento do cinema novo, o movimento das canções de protesto, o movimento do teatro de opinião, movimentos que empolgavam toda a juventude, ganhando-a para si mesmo e para o País. Havia formas de concatenar a ação dos jovens para que eles fossem orgulhosos de ser brasileiros. Isso é o que falta hoje. Quem vai ganhar essa juventude que a ditadura castrou e que aí está desbundada? Isso me preocupa profundamente”.

Jango contrariou interesses poderosos, avançou nas reformas de base, estimulou o movimento social, defendeu uma política desenvolvimentista contendo como indispensável a elevação do nível de emprego e do salário real, enfrentou o império norte-americano. Enfim, Jango foi pessoa boa, oriunda de família de posses mas que, convivendo na lide gaúcha numa intimidade assimétrica com peões, foi aos poucos desenvolvendo outras tarefas. Chegou a ministro do Trabalho - num ato aumentou em 100% o salário-mínimo - se fez sucessor político de Getúlio Vargas por méritos próprios, liderou lutas sociais e nacionalistas, duas vezes foi vice-presidente do Brasil eleito pelo voto popular. E, quando assumiu a presidência, queria algo que ainda não alcançamos: um Brasil melhor e para os brasileiros.

João Goulart caiu muito mais pelos seus acertos do que pelos seus erros. A ditadura mandou-o ao exílio. Morreu por problemas do coração ou foi assassinado? (a dúvida persiste). Não voltou com vida ao Brasil. Passados tantos anos e fica a certeza: sem o tempo não se faz a história. Ainda chegará o dia em que todos reconhecerão, ele foi um patriota, um trabalhista, um brasileiro que viu a face da esperança, da soberania, da justiça social. Um herói na história deste País.

*Nelson Miguel Friedrich
Presidente estadual do PDT/PR

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Divanir Braz Palmas e Antonio Carlos Belinati.

Às onze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moisés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 248/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Ação Comunitária São Bernardo, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2000

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Precivel - Previdência Privada da Celepar, com sede e foro no município de Curitiba. Aprovado.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 334/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Jesus-alem, com sede e foro no município de Diamante do Norte. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de confirmar que hoje à tarde haverá uma Sessão por conta do projeto “Parlamentar do Futuro”. A Casa já foi comunicada deste fato?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim, já foi comunicada.

E, antes de encerrar a sessão eu gostaria de ratificar este convite para esta Sessão Solene até para nós, com estes meninos que estão aqui. Eles vão passar o dia inteiro na Casa, visitarão o Centro Cívico almoçarão conosco.

Agora, os meninos estão preparando seus projetos, que irão defender aqui como se deputados fossem.

E, gostaria de convidá-los porque é um projeto piloto. É a primeira turma de Parlamentares do Futuro que se apresenta hoje. Eles são de Tibagi e depois, por sugestão dos senhores deputados, outros virão. E, é importante o prestigiamento para que Vossas Excelências possam também se pronunciar durante esta sessão.

Então, fica aqui o convite para a sessão, às 15h00 com os nossos futuros companheiros.

Com a palavra o deputado Algaci Tulio

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, certamente estaremos aqui, até porque quero convidar aos companheiros da CPI Estadual do Narcotráfico e do Crime Organizado, para uma sessão às 14h00 no Plenarinho da Assembléia.

Evidentemente, se houver necessidade, paralisaremos a sessão por alguns minutos, para que possamos subir ao Plenário.

Por outro lado, quero cumprimentar a deputada Serafina Carrilho, que, na última terça-feira à noite, no Memorial da Cidade de Curitiba, foi a única política homenageada por uma proposição da Associação Comercial do Paraná que lançou o programa “Talentos do Paraná”.

E a deputada, pelo seu trabalho social, especialmente na cidade de Maringá, foi escolhida e, sem dúvida alguma, honrou esta Casa. Tive o prazer de estar lá também para prestigiar esta homenagem. Parabéns, deputada Serafina Carrilho!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convidando os senhores deputados para a Sessão Plenária dos Parlamentares do Futuro, a realizar-se hoje, às quinze horas.

Marca ainda, outra Sessão Extraordinária para segunda-feira, dia 11, logo após a Sessão Ordinária.

Levanta-se a sessão.